

ERCANTII

vel: Herbert Levy

RO, BRASÍLIA, PORTO ALEGRE, SALVADOR E CURITIBA

01 NOV 1993

VENA
Impresso em

RECEITA MERCANTIL

A estratégia econômica e o fator político

por Claudia Safatle
de Brasília

A equipe econômica tem uma estratégia de ação montada e este mês de novembro será importante para o cronograma da política de estabilização.

Há um fato no cenário político, no entanto, que tem preocupado o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso: o desapetite do presidente da República, Itamar Franco, pelo exercício do poder e o seu desejo recorrente de antecipar as eleições presidenciais.

Até o final do mês o ministro da Fazenda deverá concluir e o presidente da República deverá enviar ao Congresso Nacional três conjuntos de medidas: a nova peça orçamentária para 1994, reelaborada dentro da meta de equilíbrio operacional, as medidas de caráter infraconstitucional (que independem da revisão e podem ser enviadas sob forma de legislação ordinária ou complementar) e a proposta de revisão constitucional.

Consolidada essa tarefa — que consagra a proposta do governo para o ajuste fiscal de 1994 e encaminha soluções mais duradouras para o Estado — saem de cena os economistas do governo e começa, com mais peso, o papel de principal articulador político do governo, assumido pelo ministro da Fazenda.

Um aparente detalhe é de crucial importância para a estratégia da área econômica: as três peças do ajuste fiscal precisariam ser enviadas ao Congresso como uma posição do governo Itamar e não como um desejo do ministro da Fazenda. Esse, talvez, tenha sido o resultado mais contundente da reunião que a equipe teve com o presidente da República e mais seis ministros de Estado, no último dia 21.

O desenrolar da crise no Congresso Nacional afetou ainda mais o estado emocional do presidente da República, “justamente num momento em que a equipe econômica precisa de suporte para promover o ajuste fiscal e o País de um

chefe de Estado que conduza bem a crise”.

Essas são preocupações que o ministro da Fazenda tem tentado, segundo assessores próximos, contornar, aconselhando o presidente Itamar a superar a idéia de antecipar as eleições e, mesmo, fazer um pronunciamento à Nação.

Como os três conjuntos de medidas entram no Congresso com rituais e prazos diferentes, espera-se, no Ministério da Fazenda, que até o início do próximo ano estejam aprovados. Não há uma data para a área econômica ter essas condições aprovadas. Portanto, também não há uma data para lançar o plano de desindexação da economia ou, como disse o ministro da Fazenda, “dar a paulada” final na inflação.

O secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, faz a seguinte imagem: “Promover a desindexação sem a precondição do equilíbrio fiscal seria como saltar numa piscina vazia. O momento da desindexação será quando a água da piscina estiver num nível tal que um salto não nos quebrará o pescoço”.

As medidas anunciadas na semana passada, de aumento imediato da alíquota do IOF sobre o “fundão” (Fundo de Aplicação Financeira) e a duplicação do IOF sobre os empréstimos tomados pelas empresas, são apenas para dar um reforço de caixa para o Tesouro, ainda neste ano. Essas são providências de pouco efeito arrecadatório e estima-se, na Receita Federal, uma arrecadação

extra de algo pouco superior a US\$ 500 milhões.

A esperança do Ministério da Fazenda é obter um ajuste de 6,5% do PIB (cifra mais preciosa indicaria 6,3%).

(Continua na página 5)

O líder do governo no Senado, Pedro Simon, disse que o presidente Itamar Franco está preocupado com a possibilidade de um novo recurso contra o processo de revisão constitucional no STF atrasar a reforma da Carta. A razão é a decisão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado de exigir a bicameralidade das sessões da revisão.